

**CENTRO UNIVERSITÁRIO SÃO JOSÉ
CURSO DE PEDAGOGIA**

ANDREA MARIA DA SILVA GUERRA
CRISTIANE MONTEIRO BOURGUIGNON LEITE

AVALIAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Rio de Janeiro

2019

AVALIAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

EVALUATION IN CHILD EDUCATION

Andrea Maria da Silva Guerra

Graduanda em Pedagogia

Cristiane Monteiro Bourguignon Leite

Graduanda em Pedagogia

Márcia Maria Ferreira dos Santos

Prof. Mestre em Educação/UERJ

RESUMO

Este trabalho tem por finalidade enfatizar o processo de avaliação na Educação Infantil. Tem o objetivo de identificar a avaliação como instrumento fortalecedor do processo de aprendizagem desta etapa da Educação Básica. Assim, parte do pressuposto que a função do professor é ser mediador e promover atividades que facilitam o seu desenvolvimento global. O estudo desse artigo deu-se por meio de pesquisas bibliográficas de autores como Jussara Hoffmann (2015), Isabel Lopes Silva (2014), Carmem Maria Craidy (2014) e Leis como LDBEN, Constituição e DCNEI. Foi feita pesquisa de campo na qual buscou-se investigar como é realizado o processo de avaliação, entrevistando professoras que atuam na área da educação Infantil. Firmado esse contexto, através do lúdico e dos registros diários, o professor consegue formular um relatório mais completo da vivência da criança, estimulando a construção da autonomia e seu desenvolvimento global.

Palavras-chave: Educação Infantil, Avaliação, Lúdico.

ABSTRACT

This paper aims to emphasize the evaluation process in early childhood education. It aims to identify the evaluation as a strengthening instrument of the learning process of this stage of Basic Education. Thus, it assumes that the teacher's role is to be a mediator and to promote activities that facilitate their global development. The study of this article took place through bibliographic searches of authors such as Jussara Hoffmann (year), Isabel Lopes Silva (year), Carmen Maria Craidy (year) and Laws like LDBEN, Constitution and DCNEI. A field research was conducted in which we sought to investigate how the assessment process is carried out, interviewing teachers who work in the area of early childhood education. Once this context is established, through playfulness and daily records, the teacher can formulate a more complete report of the child's experience, stimulating the construction of autonomy and its global development.

Keywords: Elementary Schools, Evaluation, Playful

INTRODUÇÃO

Diante dos estudos realizados nos períodos da graduação no Curso de Pedagogia, observamos que o tema, avaliação na Educação Infantil, em seus aspectos físicos, linguísticos, sociais e cognitivos, assume real importância, no que se refere ao desempenho escolar da criança tão pequena.

O presente artigo procura ressaltar a importância do processo de avaliação, destacando a observação diária para acompanhar a evolução do desenvolvimento infantil, além da intervenção da equipe pedagógica e a partir deste acompanhamento, se reconhece a avaliação como um importante instrumento que o educador tem para conduzir o processo de construção do conhecimento das crianças pré-escolares.

Sendo assim, este artigo tem como objetivo geral, identificar o processo de avaliação da Educação Infantil como instrumento fortalecedor do processo de aprendizagem desta etapa da Educação Básica. E como objetivos específicos, listar os critérios legais de avaliação da Educação Infantil; discriminar o papel do professor de Educação Infantil no processo de avaliação; identificar os critérios da avaliação em escolas da Educação Infantil no Estado do Rio de Janeiro.

O presente artigo demonstra como relevância que a avaliação é um instrumento muito importante para professores, pais e alunos no desenvolvimento da aprendizagem da criança, pois possibilita a reflexão dos processos de ensinar e aprender, além de nos dar a oportunidade de rever posturas, mudar caminhos e ressignificar o fazer educativo diariamente.

O professor tem a responsabilidade de planejar e desenvolver o processo de ensino-aprendizagem por meio de conteúdos práticos que venham aguçar o aluno em todo o seu processo global de desenvolvimento. Assim, o artigo parte do pressuposto de que uma das funções do professor é ser um mediador, proporcionando ao aluno instrumentos para que possa realizar atividades lúdicas e propiciar seu desenvolvimento global, sendo esta a hipótese defendida.

Como questão problema investigamos de que modo a Avaliação na Educação Infantil pode ser considerada como instrumento fortalecedor do processo de aprendizagem desta etapa da Educação Básica.

Para fundamentação teórica, Jussara Hoffmann, em sua obra *Avaliação e Educação Infantil – Um olhar sensível e reflexivo sobre a criança* (2015, p. 15), nos ensina que, “... Esses registros são instrumentos... Ele integra o processo. Como ferramenta, só adquire sentido à medida que auxilia a tornar o acompanhamento e o fazer pedagógico mais significativo...”.

Já segundo Isabel Lopes Silva, em sua obra, *Fundamentos e Práticas na Educação Infantil - Perspectivas e práticas da avaliação em educação infantil*, (2014, p. 146) destaca que:

A necessidade de registro decorre, [...] de um aspecto óbvio: se não dispuser de registros nomeadamente resultantes de observações, há uma superposição de memórias, [...] de dar conta de uma evolução essencial para compreender o processo educativo.

Também buscamos fundamentação na BNCC (Base Nacional Comum Curricular - 2018), pois suas diretrizes têm a definição de seis direitos de aprendizagem da criança pré-escolar, sendo eles: conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se, colocando a criação como papel importante no processo educativo e também de acordo com os cinco campos de experiências, os objetivos de aprendizagem e as habilidades se tornarão mais claros para que os profissionais possam desenvolver uma avaliação mais atenta e respeitando esses direitos de aprendizagem.

A metodologia do artigo se caracteriza como pesquisa exploratória de cunho bibliográfico (GIL, 1991), com pesquisa de campo, uma vez que será feita por meio de observação diária em uma turma da creche Joaquim Inouê.

Foram observadas as ações pedagógicas do professor em relação ao processo de avaliação, no qual os alunos foram avaliados por meio de suas habilidades sendo motivados a desenvolver atividades lúdicas onde há o aprender brincando, e a criança aprende por si mesma. É por meio das brincadeiras que a criança emerge a aprendizagem, facilitando a construção da autonomia, reflexão e criatividade. Dessa forma, a criança se desenvolve integralmente, abrangendo os âmbitos sociais, afetivos, culturais, cognitivos, emocionais e físicos. Portanto, as brincadeiras são vitais para o desenvolvimento infantil. Também foram utilizados questionários, distribuídos para

professores regentes da Educação Infantil de diversas redes de ensino objetivando investigar como a avaliação ocorre na prática destas redes.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

CONTEXTUALIZANDO A EDUCAÇÃO INFANTIL

Antes de iniciarmos nosso estudo propriamente dito, consideramos importante, contextualizar a Educação Infantil, percorrendo seu histórico, até os dias atuais.

A visão de infância que temos hoje em dia, assim como a aplicação de preceitos pedagógicos que fundamentam a prática na Educação Infantil são muito recentes, pois, de acordo com Áries (1978), até o século XVII, não havia um entendimento de que as crianças necessitavam de uma atenção especial. As crianças eram tratadas como mini adultos, não havendo distinção entre adultos e crianças. Crianças e adultos empregavam as mesmas linguagens, usavam os mesmos trajes, sem sentimento especial. Na educação, as classes eram multisseriadas, ou sejam, eram misturadas, pois existiam crianças de várias faixas etárias na mesma classe com mesmo ensinamento.

De acordo com Oliveira (2002), após a Revolução Industrial, às crianças oriundas de famílias com melhor poder aquisitivo, era propiciado um tratamento diferenciado, sendo tratadas realmente como crianças, assim passando a se modificar social e intelectualmente a visão que se tinha de infância. Com as contribuições de estudiosos como Rosseau, Pestalozzi, Froebel e Decroly, que delinearam uma nova Concepção de infância, a criança passa a se tornar um indivíduo de grande importância na sociedade, com capacidades físicas, cognitivas, psicológicas e emocionais a serem despertadas e trabalhadas. As crianças passam a ser consideradas como seres sociais, com concepções bem diferentes dos adultos, transformando, deste modo, o atendimento para essas crianças mais específico.

No Brasil, no início do século XX, havia muitas creches com características de depósitos de crianças, lugar onde instituições de cunho filantrópico exerciam sua visão assistencialista e compensatória. A partir da Constituição de 1988, a infância deixa de

ter esta visão assistencialista dando maior ênfase às crianças como seres que precisam de atenção, com direitos e deveres.

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será provida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e a sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988, p. 1).

Em meados dos anos 90 do século XX, a criança passa a ser considerada um ser sociocultural, em que a aprendizagem se dá na interação social, conforme nos ensina Vigotsky (OLIVEIRA, 2002). Há um fortalecimento do atendimento à infância, com as legislações como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LBDEN, Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil – RCNEI e, atualmente, a Base Nacional Curricular Comum – BNCC –, documentos estes que apresentam um novo olhar sobre a criança, valorizando-a como indivíduo social.

O Referencial foi criado pretendendo apontar metas de qualidade que contribuíssem para o desenvolvimento integral dos educandos e de suas identidades sendo capazes de crescerem como cidadãos cujos direitos são reconhecidos.

Assim também a BNCC que define os objetivos, os eixos de trabalho na Educação Infantil, que vai priorizar o desenvolvimento da criança na formação pessoal, social e conhecimento de mundo, construindo sua identidade e autonomia. A BNCC visa estabelecer os objetos de conhecimento a serem trabalhados na construção das diferentes linguagens, sejam elas de movimento, música, artes visuais, linguagens oral e escrita, natureza, sociedade e matemática.

O professor deve ter consciência de sua prática educativa, para construção integrada e global da criança em todas as etapas do seu desenvolvimento. A criança é um ser social que nasce com capacidades afetivas, emocionais e cognitivas. Através das interações de estarem próxima às pessoas a criança interage e aprende, ampliando suas relações sociais e comunicação segundo o Referencial Curricular Nacional da Educação Infantil (BRASIL, 1998, p. 30, v.01).

Para se desenvolver as crianças precisam aprender com o outro, essas aprendizagens acontecem nas interações com as outras pessoas, os recursos que as

crianças utilizam, são as imitações de faz de conta, a linguagens e a apropriação da imagem corporal.

A observação das formas de expressão das crianças, concentração e envolvimento nas atividades de satisfação em próprias produções e conquistas, é um instrumento de acompanhamento que ajudará na avaliação da ação educativa.

Sendo assim não se trata de avaliar a criança, mas as situações de aprendizagens, as oportunidades experiências que foram oferecidas a elas.

LEGISLAÇÃO SOBRE A EDUCAÇÃO INFANTIL.

As novas definições legais sobre a Educação Infantil vivem em um momento de descobertas e inovações, especialmente decorrentes das emendas à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/96) e à Constituição Federal de 1988.

Podemos ressaltar que esse processo foi longo e complexo, pois atinge toda a população em torno da educação e, portanto, é de interesse de todos. Após entrar em vigor no ano de 1996, a LDBEN sofre inúmeras emendas. As Leis que dizem respeito da infância, são consequência da Constituição Federal de 1998, que definiu uma nova doutrina em relação à criança como sujeito de direitos.

É importante saber que, através da Constituição, que trabalhadores, homens e mulheres, têm direito a assistência gratuita aos filhos e dependentes, desde o nascimento até os seis anos de idade em creche e pré-escolas.

Vejamos o que determina o Artigo 208 da Constituição Federal:

O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria;

II - progressiva universalização do ensino médio gratuito;

III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;

IV - educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade;

V - acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;

VI - oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando;

VII - atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

O Artigo 21 da LDB define, como a primeira etapa da Educação Básica, a Educação Infantil, que tem por finalidade o desenvolvimento integral da criança em seus aspectos físicos, psicológicos, intelectual e social até os cinco anos de idade com complemento a ação da família e da comunidade. Já conforme o artigo 29 da mesma lei, a creche e a pré-escola deverão integrar-se com a família e a comunidade em prol do desenvolvimento da criança.

A LDBEN determina que cada instituição infantil deverá ter um plano pedagógico elaborado pela própria instituição com a participação de todos os educadores. Esses, por sua vez, deverão ter como formação mínima, o curso de formação de professores em nível de Ensino Médio, com especialização em Educação Infantil e a avaliação deve ser mediante ao acompanhamento e registro do desenvolvimento das crianças, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao Ensino Fundamental;

Outra legislação que deve ser ressaltada são as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil – DCNEI, pois definem os aspectos políticos e administrativos, e colaboram na elaboração das propostas pedagógicas e curriculares das creches e pré-escolas.

Conforme as Diretrizes Curriculares Nacional para a Educação infantil (ano), a avaliação, conforme a legislação, deve criar procedimentos para acompanhamento do trabalho pedagógico e para avaliação do desenvolvimento das crianças, sem objetivo de seleção, promoção ou classificação, garantindo:

A observação crítica e criativa das atividades, das brincadeiras e interações das crianças no cotidiano;

Utilização de múltiplos registros realizados por adultos e crianças (relatórios, fotografias, desenhos, álbuns etc.);

A continuidade dos processos de aprendizagens por meio da criação de estratégias adequadas aos diferentes momentos de transição vividos pela criança (transição casa/instituição de Educação Infantil, transições no interior da instituição, transição creche/pré-escola e transição pré-escola/Ensino Fundamental);

Documentação específica que permita às famílias conhecer o trabalho da instituição junto às crianças e os processos de desenvolvimento e aprendizagem da criança na Educação Infantil;

A não retenção das crianças na Educação Infantil.

PAPEL DO PROFESSOR

De acordo com a autora Jussara Hoffmann (2015), o professor é o mediador em todo o processo avaliativo das ações educativas que são desenvolvidas diariamente com a criança. Para que ocorra essa prática com eficácia, o professor deverá reorganizar o seu saber didático, a fim de reunir dados e reflexões sobre as crianças, para alcançar os objetivos pedagógicos. Ele deve ter um olhar investigativo e reflexivo em todo processo educativo, fazendo e refazendo registros de todas as ações, repensando e replanejando seu ato de avaliar.

Jussara Hoffmann (2015) nos ensina que, por meios de relatórios individuais, o professor observa o que a criança sabe e o que será capaz de aprender no seu processo educativo. Através do relatório o professor reconstrói o processo vivido, dando um novo significado sua prática elaborando novas atividades e contextualizando o espaço pedagógico.

O professor deverá observar mais e melhor as crianças, fazendo um diagnóstico de suas reações, nas interações com pais, diretores, coordenadores pedagógicos, e outros adultos que convivem com elas. Através do olhar investigativo do professor, o mesmo interpreta o que vê, assim levando a melhor compreensão das manifestações da criança.

No ato avaliativo, a relação entre aluno e Professor não é unidirecional, a criança precisa do coletivo para se desenvolver e assim se socializar. A relação entre professor e aluno é fundamental, pois através dela a criança vai construir sua visão de mundo, construindo seus valores e sentimentos.

Assim, de acordo com Gonçalves (*apud* OLIVEIRA, 1995), o acompanhamento do desenvolvimento da criança é ligado no processo avaliativo, o educador ao falar, relatando sobre o educando, repensando e investigando no dia a dia, analisando o comportamento, o que diferencia cada uma das crianças com as outras ao seu redor. Ao diagnosticar essa criança, observa-se que é uma tarefa inquietante e complexa. Portanto, o professor deverá construir um histórico sobre o seu desenvolvimento na unidade escolar das etapas de sua vida, como foi sua passagem na Educação Infantil e como está sendo na atualidade.

A AVALIAÇÃO NA PRÁTICA: INVESTIGANDO O PROCESSO DE AVALIAÇÃO

Para um melhor desenvolvimento deste estudo, optou-se por entrevistar professoras regentes da Educação Infantil de diversos sistemas de ensino. Foram feitas três perguntas para quatro professoras, com tempo de magistério variando entre sete a dezesseis anos, com formação de professores a nível médio (Ensino Normal), licenciatura em Pedagogia e pós-graduação em Psicopedagogia. As entrevistas foram feitas em quatro escolas, sendo uma na Rede Estadual do Rio de Janeiro, na Rede Municipal do Rio de Janeiro, na Rede Municipal do Estado de Itaguaí e na Rede Particular de Ensino. Tivemos como objetivo averiguar como é realizada a avaliação nos ambientes escolares de educação infantil e de que forma são desenvolvidas essas avaliações.

A primeira pergunta buscou investigar se as professoras consideravam importante que as crianças cursassem a Educação Infantil.

Uma das professoras entrevistadas respondeu que sim e sempre. Segundo essa entrevistada, a educação infantil dá uma base não só de aprendizagem pedagógica, porém trabalha o social da criança. Sendo assim, possibilita o convívio da mesma faixa etária e da comunidade escolar em si, para o desenvolvimento global da criança é muito bom.

Na Educação Infantil, a criança precisa ser estimulada no seu desenvolvimento cognitivo, social, físico e sócio emocional. É de extrema importância, a oportunidade dos primeiros contatos da criança com a sociedade, interagindo uma com as outras, desenvolvendo habilidades fundamentais para um futuro melhor.

Segundo Wallon, toda pessoa constitui um sistema específico ótimo de trocas com o meio. Tal sistema integra suas ações num processo de equilíbrio funcional que envolve motricidade, afeto e cognição, mas no qual, em cada estágio de desenvolvimento, uma forma particular de ação predomina sobre as outras (OLIVEIRA, 2011, p. 134).

A segunda pergunta buscou analisar se há alguma diferença entre uma criança que cursou a Educação Infantil e outra que não cursou. Uma das entrevistadas afirmou ter trabalhado com os dois tipos de público que estiveram assistidos pela Educação Infantil, os que não realizaram essa etapa. Segundo a entrevistada, observou grandes

diferenças, que vão desde a coordenação motora, manusear um lápis e realizar comandos simples.

Passando pela Educação Infantil, a criança tem a possibilidade de ter um contato umas com as outras, se socializando e interagindo com o grupo, desenvolvendo melhor sua oralidade e um vasto conhecimento ao ser estimulado. Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, “a Educação Infantil é uma etapa da educação básica que objetiva atender crianças de zero a seis anos visando favorecer o desenvolvimento físico, psicológico, social e intelectual”.

Desta forma, o presente estudo procurou verificar se crianças matriculadas em creches públicas têm sido favorecidas por conviverem em ambientes de creches apresentando desenvolvimento infantil diferente de seus pares que convivem apenas no ambiente de casa.

A terceira pergunta buscou investigar como o processo de avaliação da Educação Infantil é realizado na Unidade de Ensino na qual as entrevistadas lecionam. As entrevistadas concordam que o processo de avaliação deve acontecer no acompanhamento e na observação da criança e através do registro do seu desenvolvimento de forma contínua. Concordam com esse tipo de avaliação, uma vez que possibilita acompanhar as conquistas das crianças ao longo do seu processo de desenvolvimento.

Na avaliação, o professor deverá ter um olhar investigativo, uma visão maior da criança, pois com a observação, identifica-se os avanços e retrocessos das crianças, é possível em um dia de atividade verificar várias descobertas, seus comportamentos, suas ações e capacidades de interação com o grupo. Sendo assim, fazendo o registro individual ou do grupo, o professor tem um instrumento facilitador para auxiliar o seu fazer pedagógico. De acordo com Hoffmann,

[...] devem esses registros revelar trajetórias individuais numa leitura positiva das crianças: peculiaridades, curiosidades, avanços e dificuldades próprias, respeitando e valorizando o seu "ser" diferente dos outros. Diferenças entendidas como normais e não como desvantajosas (2011, p. 53).

O professor é o principal mediador para que as crianças alcancem o processo de ensino aprendizagem, pois na Educação Infantil é requerido muita atenção.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No início deste estudo, foi possível observar que uma educação para a infância começou a ser pensada com mais seriedade a pouco tempo, uma vez que houve uma época em que as crianças eram tratadas como mini adultos, em outra, quando se passa a oferecer uma educação infantil, as instituições creches o fazem de maneira assistencialista. Após a Revolução Industrial, houve uma visão de infância, modificando socialmente e intelectualmente. Com a contribuição de estudiosos como Rousseau, Pestalozzi, Fröbel e Decroly, surgiu uma nova concepção de infância.

No Brasil, a partir da Constituição de 1988, pode-se constatar que ocorreu uma mudança em relação às transformações sociais, um novo olhar sobre a criança. Portanto, somente no século XX observou-se a falta de cuidados com a infância, a visão de criança passa a ter mais ênfase como seres de direitos e deveres.

Políticas públicas foram feitas para que houvessem leis priorizando a infância. Há um fortalecimento do atendimento, através da LDBEN, ECA, RCNEI, BNCC que são documentos que valorizam a criança como um indivíduo social.

Vale ressaltar, que após a Constituição Federal de 1988, os trabalhadores têm direitos a assistência gratuita aos filhos. O artigo 21 da LDB define que a primeira etapa da Educação Básica é a Educação Infantil e, por sua vez, a LDBEN determina uma elaboração de um plano pedagógico pela própria instituição. Outra Legislação que deve ser ressaltada é DCNEI, pois colabora com a elaboração das propostas pedagógicas e curriculares na Educação Infantil.

Sobre a avaliação, podemos ressaltar que, através do lúdico e dos registros diários, o professor consegue formular um relatório mais completo da vivência da criança em todo o seu processo de aprendizagem. Portanto, no ato de brincar, leva a criança a descobrir significados das suas ações, estimulando a construção da autonomia e seu desenvolvimento global.

Através das entrevistas, ficou claro que é importante que a criança passe pela Educação Infantil, pois é nessa etapa que ela tem um convívio social necessário para o seu desenvolvimento cognitivo e psicológico. É notório que, ao pular essa etapa, a

criança geralmente não tem autonomia e seu desenvolvimento da oralidade é prejudicado.

Constatou-se que o processo de avaliação é realizado através da observação, do acompanhamento e dos registros, fazendo relatórios de forma contínua do progresso e desenvolvimento das crianças. A avaliação acontece em todo momento, ocorre em todo ambiente escolar, diagnosticando e analisando se os objetivos foram alcançados propiciando uma reflexão do desenvolvimento global da criança.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular: Educação Infantil e Ensino Fundamental**. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica, 2017.

Gil, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 1991.

HOFFMANN, Jussara. **Avaliação e Educação Infantil: Um olhar sensível e reflexivo sobre a criança**. 20. ed. Porto Alegre: Mediação, 2015.

Silva, Isabel Lopes. **Fundamentos e práticas da avaliação na educação infantil - Perspectivas e Práticas da avaliação da educação infantil**. Porto Alegre: Mediação, 2014.

CRAIDY, Carmem Maria. **Educação Infantil pra que te quero?** Porto Alegre: Artmed, 2001.

A educação infantil e o seu contexto histórico, disponível em :<
<https://meuartigo.brasilecola.uol.com.br/pedagogia/a-educacao-infantil-seu-contexto-historico.htm> > acesso em 09 de abril. 2019

Referencial curricular ,disponível em:<
<ps://www.novaconcursos.com.br/blog/pdf/conteudo-complementar-referencial-curricular-nacional-volume-2.pdf>> acesso em 09 de abril. 2019

Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil, disponível em:<
<https://ndi.ufsc.br/files/2012/02/Diretrizes-Curriculares-para-a-E-I.pdf>> acesso em 05 de set.2019.